



CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO ESTADO DE MATO GROSSO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2026

Data: 30 de agosto de 2026

TURNO: MATUTINO

Cargo: Procurador Jurídico

NÍVEL SUPERIOR



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **55 (cinquenta e cinco)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o **Cartão de Respostas** e o **Caderno definitivo da Prova Discursiva**;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** para a realização da **prova objetiva, da prova discursiva**, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e preenchimento do **Caderno definitivo da Prova Discursiva**;
- **3 (três) horas e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em **material transparente**, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, número de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e o caderno definitivo de prova discursiva;
- O Instituto IASPE coletará as **impressões digitais** dos candidatos no Cartão de Resposta;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Sucesso na prova de hoje!



INSTITUTO
AMAZÔNICO DE SELEÇÃO E
PROMOÇÃO DE EVENTOS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leia o trecho adaptado da *Odisseia*, de Homero, em que Ulisses, preso na caverna do ciclope Polifemo, procura escapar de uma situação desesperadora.

Quando Polifemo perguntou-lhe seu nome, Ulisses respondeu:

— *Meu nome é Ninguém.*

Mais tarde, depois de ser cegado por Ulisses e seus companheiros, Polifemo gritou por socorro. Os outros ciclopes aproximaram-se da caverna e perguntaram:

— *Quem está lhe fazendo mal?*

Polifemo respondeu:

— *Ninguém está me matando por astúcia!*

Ouvindo isso, os ciclopes concluíram que Polifemo não estava sendo atacado por pessoa alguma, atribuindo a sua queixa a algum castigo dos deuses, e foram embora, deixando-o sozinho.

A eficácia do estratagema de Ulisses decorre, sobretudo,

- (A) do emprego de uma metáfora convencional, em que “Ninguém” representa paradoxalmente a coragem dos invasores, sendo essa a interpretação assumida equivocadamente pelos demais ciclopes.
- (B) da homonímia entre o nome escolhido por Ulisses e uma possível alcunha, circunstância que impossibilita aos demais ciclopes identificar corretamente o agressor.
- (C) do jogo de palavras, que deliberadamente acaba por fornecer informações falsas aos demais ciclopes para que Polifemo evite demonstrar sua vulnerabilidade.
- (D) da ambiguidade lexical do termo “Ninguém”, que permite simultaneamente sua interpretação como nome próprio e como pronome indefinido, produzindo um equívoco comunicativo entre interlocutores distintos.
- (E) do emprego de um sujeito indeterminado na resposta de Polifemo, que impede a identificação sintática do agente da ação e compromete a compreensão da mensagem.

2. Aponte a única frase redigida de acordo com a norma-padrão.

- (A) Poucas experiências intelectuais contribuem tanto para o amadurecimento do pensamento quanto a leitura atenta de obras que, embora escritas em contextos remotos, mantém extraordinária capacidade de dialogar com o presente.
- (B) Do Brasil à Cuba, a tradição literária representada por grandes autores deste percurso impreterivelmente permanece como um dos maiores patrimônios culturais da América Latina.
- (C) Se algum crítico literário previr na obra de Guimarães Rosa apenas experimentação linguística, provavelmente não compreenderá a profundidade filosófica que atravessa seus romances.
- (D) O livro “Dom Casmurro” de Machado de Assis figura entre os romances cuja complexidade narrativa continua a desafiar sucessivas gerações de leitores e críticos literários.
- (E) Dificilmente substituem as milhares de leituras realizadas ao longo da vida de um grande escritor a experiência da reflexão crítica e da escrita constante.

3. Leia o trecho: "O Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro – MT informou ____ todas as secretarias que os relatórios deveriam ser entregues ____ vista dos fiscais, visando ____ transparência dos atos públicos."

Assinale a alternativa que preenche **corretamente** e respectivamente as lacunas.

- (A) à – a – à
- (B) à – à – a
- (C) a – à – à
- (D) à – à – à
- (E) a – a – a

4. Leia o trecho abaixo: "O auditor interno solicitou a _____ de prazos para evitar a _____ de irregularidades na prestação de contas."

Assinale a alternativa que preenche **corretamente** e respectivamente as lacunas, de acordo com a ortografia oficial.

- (A) dilazão – paralisação
- (B) dilassão – paralização
- (C) dilassão – paralisação
- (D) dilação – paralisação
- (E) dilação – paralização

5. Leia o texto a seguir: "O procurador jurídico redigiu um parecer _____ e objetivo para orientar o município sobre o novo _____."

Assinale a alternativa cujas palavras preenchem corretamente as lacunas e recebem acento gráfico pela mesma regra gramatical.

- (A) rápido – decreto
- (B) prático – código
- (C) sucinto – edital
- (D) sólido – protocolo
- (E) lúcido – projeto

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

6. Considere a seguinte proposição composta:

- "Se o projeto for aprovado ou a equipe receber o bônus, então a produtividade aumentará e o prazo será cumprido."

Assinale a alternativa que apresenta a negação **correta** dessa proposição:

- (A) O projeto não for aprovado e a equipe não receber o bônus, ou a produtividade não aumentará e o prazo não será cumprido.
- (B) O projeto for aprovado ou a equipe receber o bônus, e a produtividade não aumentará ou o prazo não será cumprido.
- (C) O projeto for aprovado ou a equipe receber o bônus, mas a produtividade não aumentará e o prazo não será cumprido.
- (D) Se o projeto não for aprovado e a equipe não receber o bônus, então a produtividade não aumentará ou o prazo não será cumprido.
- (E) O projeto não for aprovado ou a equipe não receber o bônus, mas a produtividade aumentará e o prazo será cumprido.

7. No setor de licitação da Câmara Municipal de General Carneiro - MT, o departamento recebeu um total de 240 processos no primeiro semestre do ano. Desses processos, 25% referiam-se a pregões eletrônicos para aquisição de bens, e os demais referiam-se a contratações de serviços. No mês de julho, a equipe jurídica emitiu pareceres conclusivos para 40% processos de aquisição de bens que haviam sido recebidos no semestre.

Assinale a alternativa que apresenta o número exato de processos de aquisição de bens que ainda **não** tiveram seus pareceres emitidos pela equipe jurídica até o final de julho:

- (A) 18
- (B) 24
- (C) 36
- (D) 48
- (E) 60

8. Para apreciar a legalidade e checar os critérios de quórum em matérias legislativas da Câmara Municipal de General Carneiro - MT, uma comissão especial de 6 vereadores, trabalhando a um ritmo de 4 horas por dia, levou 10 dias para analisar a votação de 10 projetos de lei.

Considerando que a demanda aumentou, uma nova comissão composta por 9 vereadores, trabalhando a um ritmo constante de 5 horas por dia, levará quantos dias para analisar a votação de 15 projetos de lei idênticos quanto à complexidade?

- (A) 6 dias
- (B) 7 dias
- (C) 8 dias
- (D) 9 dias
- (E) 10 dias

9. A Câmara Municipal de General Carneiro destinou R\$ 20.000,00 para uma aplicação financeira no regime de juros simples, durante 5 meses, a uma taxa de juros simples de 1,5% ao mês. O montante total resgatado ao final desse período foi de:

- (A) R\$ 20.150,00
- (B) R\$ 20.300,00
- (C) R\$ 20.750,00
- (D) R\$ 21.500,00
- (E) R\$ 21.800,00

10. Considere a sequência numérica: **3, 7, 15, 31, 63**,... Mantendo-se o mesmo padrão lógico, qual é o próximo termo dessa sequência?

- (A) 126
- (B) 128
- (C) 125
- (D) 127
- (E) 129

CONHECIMENTOS GERAIS

11. No cenário econômico brasileiro, o Banco Central do Brasil utiliza uma taxa básica de juros como seu principal instrumento de política monetária para controlar a inflação (medida pelo IPCA) e influenciar o custo do crédito no país.

Essa taxa básica de juros da economia brasileira é conhecida como:

- (A) Taxa TJLP
- (B) Taxa Selic
- (C) Taxa DI
- (D) Taxa TR
- (E) Taxa Libor

12. Ao longo de 2026, o debate político e legislativo no Congresso Nacional concentrou-se nos desdobramentos e na regulamentação da Reforma Tributária sobre o Consumo, aprovada pela Emenda Constitucional nº 132.

Um dos pilares centrais dessa reorganização do sistema arrecadatário brasileiro é a unificação de impostos federais, estaduais e municipais por meio da criação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que juntos formam o modelo conhecido como:

- (A) Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF).
- (B) IVA Dual (Imposto sobre Valor Agregado Dual).
- (C) Imposto Único de Arrecadação Territorial (IUAT).
- (D) Alíquota Única de Importação e Exportação (AUIE).
- (E) Contribuição dos Impostos do Brasil dos Serviços (CIBS).

13. O estado de Mato Grosso é reconhecido nacional e internacionalmente como uma das maiores forças do agronegócio brasileiro, liderando de forma isolada a produção e a exportação nacional de diversos grãos e fibras.

O cultivo agrícola que consolida Mato Grosso como o maior produtor nacional, sendo a principal base de sua pauta de exportações, é:

- (A) O Café.
- (B) A Trigo .
- (C) O Cacau.
- (D) A Laranja.
- (E) A Soja.

14. O território do município de General Carneiro, no estado do Mato Grosso, foi ancestralmente povoado por grupos pertencentes à etnia indígena:

- (A) Kokama.
- (B) Xavante.
- (C) Ticuna.
- (D) Bororó.
- (E) Barreiro.

15. De acordo com a história, o nome do município (**General Carneiro**) – no estado do Mato Grosso, é uma homenagem direta ao militar brasileiro:

- (A) Cândido Mariano da Silva Rondon.
- (B) Amaro Leite pelo Rio das Mortes.
- (C) General Peixoto Carneiro.
- (D) Antônio Ernesto Gomes Carneiro.
- (E) General Mato Grosso Carneiro.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL**

16. Quanto às espécies de Poder Constituinte e ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa **correta**:

- (A) O Poder Constituinte Derivado Reformador é ilimitado, incondicionado e soberano.
- (B) Emendas à Constituição não se submetem ao controle de constitucionalidade concentrado perante o STF.
- (C) O Poder Constituinte Originário é de natureza jurídica, devendo respeitar os direitos adquiridos sob a égide da ordem constitucional anterior.
- (D) Normas oriundas do Poder Constituinte Derivado Reformador podem ser objeto de fiscalização abstrata de constitucionalidade.
- (E) O Poder Constituinte Derivado Decorrente é o responsável pela elaboração da Lei Orgânica dos Municípios.

17. A norma constitucional segundo a qual "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer" (art. 5º, XIII, da CF/88) classifica-se, quanto à eficácia, como de eficácia:

- (A) Plena.
- (B) Contida.
- (C) Limitada de princípio institutivo.
- (D) Limitada de princípio programático.
- (E) Absoluta.

18. No sistema de repartição de competências estabelecido pela Constituição Federal de 1988, compete privativamente à União legislar sobre:

- (A) Direito financeiro, tributário e orçamentário.
- (B) Proteção ao meio ambiente e controle da poluição.
- (C) Direito civil, comercial, penal e processual.
- (D) Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- (E) Fomento da produção agropecuária e organização do abastecimento alimentar.

19. Sobre a limitação constitucional ao poder de tributar e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa **correta**:

- (A) A imunidade tributária de livros, jornais e periódicos não se estende aos leitores de livros digitais (e-readers).
- (B) O princípio da anterioridade nonagesimal aplica-se integralmente à fixação da base de cálculo do IPTU e do IPVA.
- (C) É constitucional a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos pelo contribuinte inadimplente.
- (D) A imunidade tributária recíproca impede a cobrança de taxa de coleta de lixo domiciliar entre os entes federativos.
- (E) A imunidade musical (art. 150, VI, "e", da CF/88) não contempla a etapa de replicação industrial de mídias ópticas contendo obras audiovisuais.

20. A respeito do processo legislativo orçamentário previsto na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa **correta**:

- (A) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual são apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional em sessões separadas.
- (B) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal e orientará a elaboração da lei orçamentária anual.
- (C) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual podem ser aprovadas ainda que incompatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) O Presidente da República pode enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos de leis orçamentárias enquanto não iniciada a votação na comissão mista.
- (E) A rejeição do projeto de lei orçamentária inviabiliza a execução de qualquer despesa pública no exercício financeiro seguinte, até a aprovação de novo texto.

21. Assinale a alternativa **correta** no que tange à fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos Municípios, segundo a CF/88 e o entendimento fixado pelo STF em repercussão geral (Tema 835):

- (A) O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas do Prefeito só deixa de prevalecer por decisão de três quartos dos membros da Câmara Municipal.
- (B) A Câmara Municipal pode julgar as contas de gestão do Prefeito sem a apreciação prévia do Tribunal de Contas, caso este não emita o parecer no prazo de 60 dias.
- (C) Para fins de inelegibilidade, a apreciação das contas do Prefeito, quer como ordenador de despesas, quer como gestor público, compete exclusivamente à Câmara Municipal.
- (D) O Tribunal de Contas possui competência para julgar e reprovar em definitivo as contas dos Prefeitos que atuam como ordenadores de despesas.
- (E) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle interno, e pelo Poder Executivo Municipal, mediante controle externo.

22. De acordo com o regramento do artigo 38 da Constituição Federal acerca do servidor público investido no mandato eletivo de Vereador, é **correto** afirmar que:

- (A) O servidor será compulsoriamente afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (B) Havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (C) Havendo compatibilidade de horários, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.
- (D) O tempo de serviço será contado para fins de aposentadoria e promoção por merecimento, caso haja o afastamento do cargo efetivo.
- (E) O valor pago a título de subsídio de vereador integra a base de cálculo para a contribuição previdenciária do regime próprio do cargo efetivo.

23. Sobre as técnicas de controle de constitucionalidade e os efeitos das decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do controle concentrado-principal, assinale a alternativa **correta**:

- (A) A declaração de inconstitucionalidade com modulação temporal dos efeitos exige a aprovação da maioria absoluta dos membros do STF.
- (B) A declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade ocorre quando a norma é declarada inconstitucional, mas continua a produzir efeitos temporariamente por razões de segurança jurídica ou excepcional interesse social.
- (C) A interpretação conforme a Constituição altera a redação do texto legal analisado para excluir a interpretação incompatível com a Carta Magna.
- (D) A declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto modifica a sintaxe da norma, suprimindo trecho específico do texto legal.
- (E) As decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF nas ações diretas de inconstitucionalidade produzem eficácia contra todos e efeito vinculante em relação a todos os Poderes, inclusive quanto à atividade legislativa do Poder Legislativo.

24. Tendo em vista o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos (RPPS) após as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019 e a jurisprudência do STF sobre o teto remuneratório, assinale a alternativa **correta**:

- (A) Os Municípios podem estabelecer alíquotas de contribuição previdenciária progressivas para seus servidores, independentemente de demonstração de déficit atuarial.
- (B) O teto remuneratório constitucional aplicável aos Procuradores Municipais engloba os honorários advocatícios sucumbenciais percebidos, somados à remuneração do cargo efetivo.
- (C) Os proventos de aposentadoria e as pensões concedidas pelo RPPS não poderão exceder o teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), mesmo para entes que não criaram previdência complementar.
- (D) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de uma unidade gestora desse regime em cada ente federativo, ressalvada a previdência complementar.
- (E) Os honorários sucumbenciais percebidos por Procuradores Municipais possuem natureza alimentar e são imunes à incidência do teto remuneratório do funcionalismo público.

25. No tocante às normas constitucionais que regem a estabilidade, o estágio probatório e a perda do cargo do servidor público civil, de acordo com o art. 41 da CF/88, assinale a alternativa **correta**:

- (A) O prazo constitucional para a aquisição da estabilidade é de dois anos de efetivo exercício, exigindo-se aprovação em avaliação especial de desempenho.
- (B) A avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade constitui condição obrigatória para a aquisição da estabilidade no serviço público.
- (C) A invalidação por sentença judicial do ato de demissão do servidor estável enseja sua reintegração, devendo o eventual ocupante da vaga, se estável, ser exonerado sumariamente e sem direito a indenização.
- (D) O servidor público estável somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- (E) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26. À luz do regime jurídico administrativo e da EC nº 19/98, assinale a alternativa que indica o princípio expresso no art. 37, caput, da CF/88 inserido por referida emenda:

- (A) Eficiência.
- (B) Razoabilidade.
- (C) Proporcionalidade.
- (D) Segurança Jurídica.
- (E) Autotutela.

27. Quanto à organização da Administração Pública, as entidades autárquicas integram a Administração:

- (A) Indireta e são criadas por lei específica.
- (B) Direta e são criadas por decreto executivo.
- (C) Indireta e têm sua criação autorizada por lei complementar.
- (D) Direta e possuem personalidade jurídica de direito privado.
- (E) Indireta e dependem de registro em cartório para aquisição de personalidade.

28. O atributo do ato administrativo pelo qual os atos da Administração Pública se impõem a terceiros independentemente de sua concordância é denominado:

- (A) Presunção de legitimidade.
- (B) Autoexecutoriedade.
- (C) Tipicidade.
- (D) Motivabilidade.
- (E) Imperatividade.

29. A extinção de um ato administrativo legítimo e eficaz por razões de conveniência e oportunidade denomina-se:

- (A) Anulação.
- (B) Cassação.
- (C) Revogação.
- (D) Caducidade.
- (E) Rescisão.

30. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), é hipótese de contratação direta por inexistência de licitação a:

- (A) Aquisição de bens para garantia de abastecimento de forças armadas em operações de paz.
- (B) Compra de imóvel cujas características de instalação tornem indispensável sua escolha.
- (C) Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) Contratação de obras e serviços de engenharia até o valor estipulado para dispensa em razão do valor.
- (E) Intervenção no domínio econômico para regular preços.

31. Em matéria de invalidação e anulação dos atos administrativos, a autotutela administrativa encontra limite temporal no prazo decadencial de 5 (cinco) anos previsto na Lei nº 9.784/99. Todavia, a jurisprudência sumulada do STF (Súmula 473) e o texto legal ressalvam que o prazo decadencial **não** se aplica quando demonstrada a:

- (A) Má-fé do beneficiário do ato.
- (B) Simples concordância do administrado.
- (C) Natureza discricionária do ato.
- (D) Ausência de prejuízo ao erário.
- (E) Superveniência de lei modificadora do direito.

32. Sob a égide do Decreto-Lei nº 201/1967, sobre os crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal processados pelo Poder Judiciário, é **correto** afirmar que:

- (A) O julgamento do Prefeito por esses crimes compete à Câmara Municipal de Vereadores.
- (B) O Prefeito responde apenas por infrações político-administrativas, sendo imune à responsabilidade penal comum.
- (C) O cumprimento da pena extingue automaticamente a inabilitação para o exercício de função pública.
- (D) Trata-se de infrações praticadas exclusivamente na modalidade culposa.
- (E) A condenação definitiva acarreta a perda do cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública.

33. Sobre o regime das empresas públicas e sociedades de economia mista (art. 173 da CF/88 e jurisprudência do STF), assinale a alternativa **correta**:

- (A) As sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais e próprios do Estado gozam de imunidade tributária recíproca quanto a seus bens, rendas e serviços vinculados a essas finalidades.
- (B) Os bens de qualquer empresa pública, independentemente de ela ser prestadora de serviço público ou exploradora de atividade econômica, são penhoráveis por dívidas judiciais.
- (C) É permitida a criação de sociedade de economia mista sob a forma de sociedade limitada, desde que previsto no estatuto social.
- (D) O regime de precatórios (art. 100 da CF) não se aplica às empresas estatais prestadoras de serviço público em regime não concorrencial.
- (E) As contratações das empresas estatais exploradoras de atividade econômica independem de licitação pública em qualquer situação.

34. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), a respeito das cláusulas exorbitantes nos contratos administrativos, a alteração unilateral do contrato pela Administração Pública para acréscimos ou supressões quantitativas das obras, serviços ou compras encontra limite máximo de:

- (A) 25% para acréscimos e 50% para supressões em qualquer contrato.
- (B) 50% do valor inicial atualizado do contrato para acréscimos e supressões em qualquer objeto.
- (C) 25% do valor inicial atualizado do contrato, tanto para acréscimos quanto para supressões, ressalvada a reforma de edifício ou de equipamento em que o limite para acréscimos é de até 50%.
- (D) 10% do valor global contratado, exigida a concordância do contratado para limites superiores.
- (E) 30% do valor atualizado do contrato exclusivamente para supressões unilaterais.

35. No tocante à responsabilidade civil do Estado por conduta omissiva e à jurisprudência pacificada pelo STF em repercussão geral (Tema 592), o Estado responde objetivamente pelos danos causados em virtude da morte de detento sob custódia estatal quando:

- (A) Configurado a excludente de força maior ou caso fortuito na unidade prisional.
- (B) Demonstrado o suicídio do preso, ainda que o Estado tenha inobservado os deveres específicos de proteção e custódia.
- (C) Houver inobservância dos deveres específicos de proteção e garantia de integridade física do custodiado, estabelecendo o nexo de causalidade entre a omissão e o dano.
- (D) Não for provada a culpa individualizada do agente público escalado para a vigilância da cela.
- (E) O falecimento decorrer de causas naturais com prévio e integral atendimento médico fornecido no presídio.

DIREITO AMBIENTAL

36. Nos termos do artigo 225, caput, da Constituição Federal de 1988, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações ao:

- (A) Poder Público, exclusivamente.
- (B) Órgão ambiental federal, de forma isolada pela competência a ela investida.
- (C) Proprietário privado do imóvel, unicamente.
- (D) Poder Público, apenas.
- (E) Poder Público e à coletividade.

37. Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e a ordem constitucional ambiental (art. 225 da CF/88), o princípio que determina a adoção de medidas preventivas antes do surgimento do dano, quando houver certeza científica do risco de degradação ambiental, denomina-se Princípio da:

- (A) Precaução.
- (B) Ubiquidade.
- (C) Unicidade.
- (D) Reserva do possível.
- (E) Prevenção.

38. Nos termos da Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA), o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), competente para assessorar, estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e recursos naturais, é o:

- (A) Conselho de Governo.
- (B) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- (C) Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
- (D) Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
- (E) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

39. De acordo com o artigo 14, § 1º, da Lei nº 6.938/1981 e a consolidada jurisprudência dos Tribunais Superiores, a responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente é de natureza:

- (A) Subjetiva, exigindo a comprovação de dolo ou culpa do poluidor.
- (B) Objetiva, fundamentada na teoria do risco integral, prescindindo da comprovação de culpa.
- (C) Subjetiva, mediante comprovação de culpa grave ou dolo específico.
- (D) Objetiva com responsabilidade subsidiária da coletividade em qualquer hipótese.
- (E) Contratual, limitada apenas aos casos em que houver prévio termo de ajustamento de conduta.

40. Um imóvel rural foi desmatado irregularmente em área de preservação permanente no ano de 2010 pelo antigo proprietário. Em 2024, o bem foi adquirido por um terceiro de boa-fé. Diante da constatação da degradação, o órgão ambiental notificou o atual proprietário para recompor a vegetação e ajuizou ação civil pública cumulando obrigações de fazer e de indenizar. Considerando a Lei nº 6.938/1981 e a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa **correta**:

- (A) A teoria do fato consumado impede a exigência de recuperação ambiental, visto que a degradação ocorreu há mais de dez anos sob a vigência do proprietário anterior.
- (B) A obrigação de reparar o dano ambiental possui natureza *propter rem*, sendo admissível cobrá-la do proprietário atual, mas é vedada a condenação simultânea de obrigação de fazer cumulada com a de indenizar.
- (C) Não se admite a aplicação da teoria do fato consumado em matéria ambiental, as obrigações ambientais possuem natureza *propter rem* e é admitida a condenação à obrigação de fazer ou não fazer cumulada com a de indenizar.
- (D) O atual proprietário responde de forma subjetiva quanto à obrigação de indenizar em pecúnia, ficando isento de obrigações de fazer caso comprove que não concorreu para a degradação inicial.
- (E) A pretensão de reparação civil do dano ambiental prescreve no prazo quinquenal previsto no Decreto nº 20.910/1932, contado da data em que ocorreu o desmatamento.

DIREITO TRIBUTÁRIO

41. Nos termos do artigo 3º do Código Tributário Nacional (CTN), tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa:

- (A) Plenamente vinculada.
- (B) Discricionária.
- (C) Policial e fiscalizatória.
- (D) De mera conveniência do Fisco.
- (E) Negocial e consensual.

42. Segundo o artigo 113 do Código Tributário Nacional (CTN), a obrigação tributária é principal ou acessória. Sobre a obrigação acessória, é **correto** afirmar que:

- (A) Surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- (B) Depende da existência prévia de uma obrigação principal para produzir seus efeitos legais.
- (C) Tem por objeto prestação exclusivamente pecuniária em favor da Fazenda Pública.
- (D) Extingue-se automaticamente com a quitação integral do tributo devido.
- (E) Pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

43. De acordo com o artigo 121, parágrafo único, do CTN, o sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de:

- (A) Convenção particular firmada entre as partes.
- (B) Contrato administrativo firmado com a Administração Pública.
- (C) Ato administrativo discricionário da autoridade fiscal.
- (D) Acordo de cooperação interfederativo.
- (E) Disposição expressa de lei.

44. A respeito da responsabilidade dos sócios e administradores de pessoas jurídicas de direito privado e de acordo com a Súmula 435 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), presume-se dissolvida irregularmente a empresa que:

- (A) Deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- (B) Deixar de pagar o tributo no vencimento fixado pela legislação tributária.
- (C) Apresentar prejuízo fiscal no encerramento do exercício financeiro.
- (D) Entrar em processo de recuperação judicial homologado pelo Poder Judiciário.
- (E) Tiver suas contas rejeitadas pelo conselho fiscal da sociedade.

45. Segundo o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal (Súmula Vinculante 52) sobre a hipótese de incidência e o fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), a fixação do valor venal do imóvel para fins de atualização da base de cálculo acima dos índices oficiais de inflação exige:

- (A) Apenas decreto do Poder Executivo Municipal.
- (B) Portaria emitida pela Secretaria Municipal de Finanças.
- (C) Homologação pelo Tribunal de Contas do Estado.
- (D) Autorização prévia da Câmara Municipal mediante resolução.
- (E) Edição de lei em sentido formal.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

46. O princípio orçamentário expressamente previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 165, § 8º), segundo o qual a Lei Orçamentária Anual (LOA) não conterá matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvadas as autorizações para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, é o Princípio da:

- (A) Unidade.
- (B) Universalidade.
- (C) Exclusividade.
- (D) Não vinculação.
- (E) Anualidade.

47. Nos termos do artigo 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada é o:

- (A) Plano Plurianual (PPA).
- (B) Balanço Financeiro Geral.
- (C) Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).
- (D) Anexo de Metas Fiscais da LDO.
- (E) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

48. De acordo com o artigo 167, VI, da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é **vedada** a:

- (A) Concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração aos servidores públicos mediante lei específica.
- (B) Transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
- (C) Inclusão de despesas de capital na Lei Orçamentária Anual.
- (D) Abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.
- (E) Realização de operações de crédito autorizadas em lei.

49. O Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais, bem como a definição de critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, são matérias integrantes da:

- (A) Lei Orçamentária Anual (LOA).
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- (C) Prestação de contas anual do Chefe do Executivo.
- (D) Lei de Diretrizes do Plano Plurianual (PPA).
- (E) Portaria Interministerial de Classificação da Despesa.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

50. Determinado indivíduo com 17 anos de idade ingressou no ensino superior em faculdade particular e, ato contínuo, obteve economia própria decorrente do estabelecimento de comércio individual por ele gerido. Sob a ótica das regras atinentes à capacidade civil no Código Civil brasileiro, assinale a alternativa **correta**:

- (A) A incapacidade relativa cessa para o menor por meio de emancipação legal pelo estabelecimento de economia própria.
- (B) O ingresso em curso de ensino superior gera a emancipação automática e compulsória do incapaz.
- (C) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, não havendo hipótese legal de cessação anterior para os relativamente incapazes.
- (D) O menor de 18 e maior de 16 anos necessita obrigatoriamente de autorização judicial para ser emancipado pelos pais.
- (E) A incapacidade absoluta do menor de 16 a 18 anos cessa mediante a outorga da emancipação pelos genitores.

51. A respeito da contagem dos prazos processuais no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa **correta**:

- (A) Os prazos processuais contam-se incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.
- (B) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em triplo para todas as suas manifestações em qualquer processo, seja físico ou eletrônico.
- (C) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, período em que o juiz poderá proferir sentenças e decisões.
- (D) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.
- (E) A contagem de prazos em dias úteis aplica-se indistintamente aos prazos processuais e aos prazos materiais de decadência e prescrição.

52. A respeito da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica e do regime das Pessoas Jurídicas no Código Civil, assinale a alternativa **correta**:

- (A) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.
- (B) Entende-se por desvio de finalidade a mera insolvência ou incapacidade financeira da pessoa jurídica em cumprir suas obrigações pactuadas.
- (C) A mera existência de grupo econômico sem a presença de desvio de finalidade ou confusão patrimonial autoriza, por si só, a desconsideração da personalidade jurídica.
- (D) A desconsideração da personalidade jurídica extingue a pessoa jurídica, transferindo integralmente seu passivo e ativo para os sócios.
- (E) A alteração das finalidades da pessoa jurídica, ainda que autorizada pelo estatuto e pela assembleia de sócios, configura desvio de finalidade automático.

53. Considere a hipótese em que Caio, em virtude de grave premente necessidade financeira, alienou seu único imóvel a Tício por valor equivalente a 20% do mercado. Seis meses após a realização do negócio e já restabelecido financeiramente, Caio pretende anular a avença. Com base no Código Civil e na jurisprudência, assinale a alternativa **correta**:

- (A) O negócio jurídico praticado por Caio configura lesão, sendo anulável no prazo decadencial de 4 anos, contado do dia em que se realizou o negócio jurídico.
- (B) Trata-se de hipótese de estado de perigo, cujo elemento subjetivo exige o dolo de aproveitamento da outra parte para que o ato seja declarado nulo de pleno direito.
- (C) O negócio jurídico é nulo de pleno direito, hipótese em que a ação de nulidade é imprescritível e não se sujeita a prazos decadenciais.
- (D) O acolhimento do pleito anulatório por lesão é cogente e inafastável, não podendo ser evitado mesmo se Tício oferecer suplementação suficiente ou se concordar com a redução do proveito.
- (E) O prazo para pleitear a anulação do negócio jurídico por vício de lesão é prescricional de 3 anos, contado do conhecimento do dano.

54. Acerca das ações constitucionais de Mandado de Segurança, Ação Popular e Ação Civil Pública, analise as proposições à luz da legislação de regência e do entendimento sumulado do STF e do STJ:

- (A) O prazo para ajuizamento da ação popular é prescricional de 10 anos, aplicando-se subsidiariamente o Código Civil ante a omissão da Lei nº 4.717/1965.
- (B) Na ação civil pública, a concessão de liminar impede o juiz de fixar multa cominatória (*astreintes*) contra a Fazenda Pública, por expressa vedação legal.
- (C) O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 dias, contados da data da prolação da decisão administrativa, independente da ciência do interessado.
- (D) Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição, nem contra lei em tese, conforme orientação das Súmulas 267 e 266 do STF.
- (E) Pessoa jurídica possui legitimidade ativa para propor Ação Popular visando à anulação de ato lesivo ao patrimônio público.

55. Nos termos da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições), que dispõe sobre as condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, assinale a alternativa **correta**:

(A) A proibição de nomear, contratar ou de qualquer forma admitir servidor público nos três meses que antecedem o pleito até a posse dos eleitos é absoluta, não comportando exceções quanto a cargos em comissão ou nomeações do Poder Judiciário.

(B) As condutas vedadas previstas na Lei das Eleições aplicam-se exclusivamente aos servidores públicos estatutários de provimento efetivo, excluindo-se os ocupantes de cargos comissionados e agentes políticos.

(C) Em ano eleitoral, é permitida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, desde que aprovada por decreto do Poder Executivo no mês anterior ao pleito.

(D) É vedada a cessão ou uso em benefício de candidato, partido político ou coligação, de bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária.

(E) A prática de conduta vedada acarretará tão somente a aplicação de multa pecuniária, sendo vedada a cassação do registro ou do diploma do candidato beneficiado.

- **Rascunho:** Use os espaços indicados na prova, se desejar e a folha de RASCUNHO da Prova Discursiva.
- **Folha Definitiva:** Transcreva o texto final para os locais corretos do **Caderno de Provas Discursiva Definitivos**. Textos fora do local apropriado não serão avaliados.
- **Limites:** O texto que ultrapassar o limite de linhas ou for escrito na folha errada será desconsiderado. Atente-se para a Discursiva para o cargo de Procurador Jurídico: 1 parecer jurídico com extensão mínima de **40 (quarenta) linhas e máxima de 50 (cinquenta) linhas**.
- No Caderno de Textos Definitivos, a presença de qualquer marca identificadora nos espaços destinados à transcrição dos textos definitivos acarretará a anulação da sua prova discursiva.

PROVA DISCURSIVA

Na qualidade de **Procurador Jurídico da Câmara Municipal de General Carneiro – MT**, você foi instado pelo **Parlamentar Relator da Comissão competente** a emitir parecer jurídico acerca da constitucionalidade de projeto de lei apresentado por um Vereador.

A proposição legislativa tem por objeto:

1. conceder aumento da remuneração aos servidores públicos efetivos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde; e
2. ampliar o quadro de pessoal da referida Secretaria, mediante a criação de novos cargos públicos efetivos.

O autor do projeto sustenta que a medida busca valorizar os servidores da saúde e suprir a necessidade de ampliação do atendimento à população do Município.

Submetido o projeto à análise da Comissão competente, surgiram questionamentos quanto à constitucionalidade da iniciativa parlamentar, especialmente diante das regras constitucionais relativas à iniciativa legislativa e à separação dos Poderes.

Considerando que o projeto foi apresentado por um Vereador, elabore um parecer jurídico sucinto e fundamentado, dirigido ao Parlamentar Relator, manifestando-se sobre a constitucionalidade da proposição.

Em sua análise, examine, de forma objetiva e juridicamente fundamentada:

- a constitucionalidade da iniciativa parlamentar para dispor sobre aumento da remuneração dos servidores vinculados ao Poder Executivo municipal;
- a constitucionalidade da iniciativa parlamentar para promover a criação de cargos e a ampliação do quadro de pessoal de órgão do Poder Executivo municipal;
- a aplicabilidade, no âmbito municipal, das regras constitucionais relativas à iniciativa legislativa e sua relação com o princípio da separação dos Poderes;
- a existência ou não de vício formal de iniciativa;
- a possibilidade de eventual sanção do Chefe do Poder Executivo afastar ou convalidar o vício de iniciativa;
- a possibilidade de submissão de eventual lei municipal ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça estadual competente.

Ao final, apresente conclusão fundamentada, indicando a solução jurídica aplicável ao projeto de lei.

Observações:

1. O parecer deverá ser elaborado de forma **objetiva, clara, técnica e fundamentada**, observando-se o gênero jurídico solicitado.
2. Reforçamos que o candidato deverá observar a extensão mínima e máxima de linhas prevista no edital.

Realização

